



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: inclusão e acessibilidade durante o ensino remoto emergencial ¹

Aldeir Carlos Nasareth de Vasconcellos¹

Mylene Cristina Santiago²

RESUMO

Esse trabalho é um recorte da pesquisa ‘Ensino Remoto Emergencial: estudantes com deficiência no ensino superior’, que buscou compreender como o modelo do ensino remoto emergencial, no contexto da pandemia de COVID-19, impactou os estudantes com deficiência nas universidades federais brasileiras e como estas instituições enfrentaram o desafio da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência nesse novo contexto. Neste trabalho apresentamos uma síntese do mapeamento das produções realizadas pelas universidades, por regiões brasileiras, durante o período da pandemia. Nossos resultados evidenciam que apesar das barreiras impostas pelo distanciamento social, que impuseram a necessidade de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, houve experiências inclusivas que ampliaram as oportunidades educacionais a estudantes com deficiência e que ainda há grandes desafios a serem enfrentados para garantir a participação e acessibilidade deste grupo no ensino superior.

Palavras-chave: Ensino Superior, Inclusão, Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19, impôs a necessidade de distanciamento social, que resultou em novos e urgentes desafios para a educação. Barreiras estruturais não superadas na educação presencial se transpuseram para o espaço virtual com o ensino remoto emergencial (ERE). Estudantes com deficiência que antes enfrentavam barreiras de acessibilidade, no que tange aos espaços arquitetônicos e aos transportes, passaram a experimentar barreiras de acessibilidade digital juntamente com os permanentes desafios comunicacionais, metodológicos e atitudinais. As instituições de federais ensino superior (IFES) apresentaram propostas e possibilidades com o intuito de garantir o direito à educação de qualidade para todos, mas em que medida tais orientações se efetivam em práticas que possibilitam a inclusão e acessibilidade curricular?

Dentre as 69 IFES brasileiras investigadas, a maioria apresentou estratégias para lidar com a diversidade na inclusão e acessibilidade de seus estudantes, produzindo orientações e estratégias para apoiar discentes com deficiência da educação superior (GONÇALVES *et al*,

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

2024; GOMES, SOUZA, SANTIAGO, 2023; LOURENÇO *et al*, 2023; SANTIAGO, PAULA, SILVEIRA, 2023; VASCONCELLOS, GONÇALVES, SANTIAGO, 2023).

Tais aproximações foram capazes de mover conhecimentos presentes em documentos como o Desenho Universal para a Aprendizagem (NUNES & MADUREIRA, 2015), o Index para a Inclusão (BOOTH: AINSCOW, 2011) e a Lei nº13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão.

Para efeito deste trabalho, buscaremos compreender como o modelo do ensino remoto emergencial, no contexto da pandemia de COVID-19, impactou os estudantes com deficiência nas universidades federais brasileiras e como estas instituições enfrentaram o desafio da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência nesse novo contexto.

METODOLOGIA

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo comitê de ética (CEP). A pesquisa foi planejada em quatro etapas: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, questionário e entrevistas com estudantes com deficiência. A pesquisa documental consistiu na fase em que fizemos o mapeamento, a seleção e a análise documental das cartilhas e manuais de orientações, produzidos pelos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão das IFES, durante o ensino remoto emergencial, no que tange à inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência. Nossos dados foram produzidos a partir da coleta de informações das produções em sites e redes sociais das 69 IFES. Para facilitar a análise dos dados, inicialmente realizamos estudo das cinco regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste, para então sistematizar o panorama nacional das produções.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao pesquisar as ações e produções das 69 universidades federais brasileiras durante o ERE, identificamos o papel central dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI), que têm se constituído como espaços referendados para apoiar o processo de inclusão de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais nas IFES.

Dentre as 18 instituições situadas na região sudeste do país, foi constatado que apenas 10 produziram materiais que tivessem orientações sobre o contexto da pandemia, além de informações sobre assistências oferecidas pelos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI)

das instituições contabilizadas. Contudo Lourenço *et al.* (2023), destacam a dificuldade no acesso sobre determinados procedimentos, inferindo que um estudante, ao depender de sua deficiência, pode ter grandes complicações em relação ao acesso e permanência no ensino superior. Os autores ressaltam que há algumas universidades que prezaram pela qualidade de produção de materiais no que diz respeito à proposição de metodologias adaptadas ao Ensino Remoto Emergencial, sendo elas: “a UFSCAR, a UFTM, a UFV, a UFMG, a UFJF, a UNIFAL, a UFU e a UFVJM.” Os critérios avaliados nos documentos produzidos dessas universidades se referem a propostas de aprofundamento de abordagens metodológicas, que possibilitam a promoção de acessibilidade no currículo durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

No que diz respeito às 8 IFES do Centro-Oeste, notamos que apenas 5 destas haviam proposto documentos ou outras formas de lidar com o presente momento marcado pela SARS-COV-19, que foram: a Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal da Grande Dourados.

Neste contexto, referenciamos Gomes *et al.* (2023) que ao analisarem os documentos e ações das universidades dessa região, destacaram o esforço das instituições ao planejarem suas ações dentro do contexto do ERE, objetivando a participação e acessibilidade dos estudantes. Neste contexto, destacamos a pertinência do trabalho colaborativo, na construção de reflexões e ações rumo a uma educação mais inclusiva no ambiente.

A Região Norte se destaca ao oferecer bolsas de auxílio a recursos de tecnologia assistiva para seus estudantes. De acordo com Santiago *et al.* (2023), esse auxílio foi disponibilizado pela Universidade Federal do Pará, que repassou um valor financeiro aos estudantes que precisavam adquirir tais tecnologias. As autoras ressaltam a importância dessas ações e evidenciam situação semelhante na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que também ofereceu auxílio aos estudantes com deficiência.

Em relação à Região Nordeste percebemos uma grande manifestação com o interesse na superação de barreiras, além da preocupação com a mudança na cultura, por considerá-la, tal como o Index (BOOTH; AINSCOW, 2011), um conceito central na transformação da nossa sociedade para uma sociedade mais inclusiva e acessível. A UFPE e a UFRN, demonstram essa preocupação em suas produções ao tratarem de acessibilidade e inclusão durante a pandemia do covid-19. Em outras instituições, também foram implementadas práticas que garantem a participação de seus estudantes, seja por meio de bolsas para permitir o acesso à tecnologias

assistivas, empréstimos, cartilhas ou documentos oficiais capazes de levar informação ao corpo acadêmico. Segundo Vasconcellos *et al.* (2023), há a necessidade de ampliar políticas e estratégias para ampliar o processo de inclusão e acessibilidade dos estudantes com deficiência nas UF's do nordeste. Outro destaque a ser feito, refere-se a produção conjunta de algumas instituições, que não se mantiveram restritas ao seu *locus* e buscaram compartilhar os seus conhecimentos para construir orientações, de forma colaborativa, capazes de atender às necessidades educacionais existentes.

Comparativamente a outras regiões, houve pouca produção de cartilhas na Região Sul, mas isso não impediu que suas práticas inclusivas fossem evidenciadas por meio de resoluções, publicações em seus sites ou em redes sociais. Gonçalves *et al.* (prelo) constatam que as onze instituições situadas nesta região produziram manuais ou orientações, com propostas didáticas e curriculares destinadas aos professores durante o Ensino Remoto Emergencial, para trabalhar com os estudantes, independente de suas especificidades.

Nas análises ficou evidenciado que a região Sul, através dos NAI, focou na produção de materiais e orientações, buscando responder à necessidade de acessibilidade e inclusão por meio de tecnologia assistiva. Algumas instituições são destacadas: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, por seus investimentos em tecnologias assistiva; UFPR (Universidade Federal do Paraná), com empréstimo de computadores; e as demais por seus materiais explicativos e orientadores, contribuindo para reflexões sobre os currículos e a conceituação de termos encontrados em textos sobre acessibilidade e inclusão.

Nossa pesquisa documental revela o compromisso das universidades com a inclusão e acessibilidade, ao buscarem assegurar adaptações curriculares para potencializar a inclusão e o acesso dos estudantes por meio de estratégias, métodos e recursos que buscam garantir a equidade na participação e no processo de aprendizagem. No contexto do ensino remoto houve preocupação em garantir adaptação, enquanto acesso, às estratégias didático-pedagógicas, construção de conteúdos e avaliação para garantir a inclusão do estudante com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi possível identificar se todas as IFES investigadas desenvolveram propostas de inclusão e acessibilidade para garantir a permanência de seus estudantes da educação especial, visto que em algumas instituições não foram encontradas informações nos sites institucionais.

Isso indica a necessidade de investir na comunicação e divulgação das atividades realizadas nas IFES, pois a circulação de informação é um importante referencial no processo de inclusão.

Salientamos a constante necessidade de pensar o currículo e estratégias metodológicas para garantir acesso e permanência com participação e aprendizagem de todos os estudantes no ensino superior. Através do mapeamento e análise documental, percebemos a preocupação com a formação de pessoas com deficiência, incluindo em seus textos informações legais, conceituais e procedimentais, demonstrando a necessidade de construir estratégias que promovam mudanças. Sabemos, porém, que há obstáculos neste percurso almejado, pois mesmo que o objetivo dessas instituições seja uma melhoria em seus processos formativos precisamos considerar uma série de fatores, ou melhor, barreiras que atravessam a nossa sociedade e nosso cotidiano acadêmico.

REFERÊNCIAS

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index para Inclusão**. Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

BRASIL. **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior** Secadi/SESu. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.

GONÇALVES, Laís Lopes de Souza; VASCONCELLOS, Aldeir Carlos Nasareth de; SANTIAGO, Mylene Cristina; BATISTA, Rodolfo Luís Leite (no prelo). **Acessibilidade e inclusão no ensino superior em tempos de pandemia: a região sul em foco. Pesquisa e debate em educação**.

GOMES, Patricia Morais; SOUZA, Queila Érica Taligliatti de; SANTIAGO, Mylene Cristina. **Acessibilidade e Inclusão em tempos pandêmicos: uma análise dos documentos das Universidades Federais da Região Centro-Oeste**. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos, 2023.

LOURENÇO, Giulia Garcia Meira Reis; VERASSANI, Ana Luiza; BATISTA, Rodolfo Luís Leite; SANTIAGO, Mylene. **Ensino Superior e pandemia: inclusão de Pessoas com Deficiência nas universidades federais da Região Sudeste**. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos, 2023.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel Pizarro. **Desenho universal para a aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da Investigação às Práticas**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015.

SANTIAGO, Mylene Cristina; PAULA, Bianca Moreira de; SILVEIRA, Daniele Fonseca da; SOUSA, Victor Cristian Pereira de. **Estudantes com deficiência no ensino superior em tempos de pandemia: a região norte em foco**. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos, 2023.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

VASCONCELLOS, Aldeir Carlos Nasareth de; GONÇALVES, Laís Lopes de Souza; SANTIAGO, Mylene Cristina. **Ensino remoto emergencial no ensino superior:** inclusão e acessibilidade na região nordeste. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos, 2023.